

## RELATÓRIO DO WORKSHOP

“Como ensinar direitos humanos digitais nas escolas brasileiras?”

(02/10/2019 - 11h, salão D)

### 1. Informações básicas sobre o Workshop

**Título:** Como ensinar direitos humanos digitais nas escolas brasileiras?

**Formato:** Mesa Redonda

**Proponente:** Tatiane Guimarães - FGV Direito SP - setor: comunidade científico e tecnológica

**Participantes da Mesa:**

- 1) Guilherme Klafke - FGV Direito SP - setor: comunidade científico e tecnológica
- 2) Tania Tadeu - Secretaria de Educação do Município de São Paulo - setor: governamental
- 3) Ale Borba - Google - setor: empresarial
- 4) Kelli Angelini - Nic.br - setor: terceiro setor
- 5) Jéssica Botelho - Centro Popular do Audiovisual/Núcleo de Estudos e Práticas em Cibercultura - setor: terceiro setor

**Moderadora:** Stephane Lima - USP, Faculdade de Direito - setor: comunidade científico e tecnológica

**Relatora:** Tatiane Guimarães - FGV Direito SP - setor: comunidade científico e tecnológica

### 2. Estruturação do Workshop

**Objetivos e resultados (propostos e atingidos):**

Ao final da oficina, esperava-se:

- Conferir visibilidade a iniciativas de diferentes atores para a capacitação de educadores para tratamento do tema de direitos humanos digitais nas escolas;

- Por meio dessa visibilidade, inspirar outras pessoas que estejam presentes ou que assistam posteriormente ao vídeo a realizar iniciativas semelhantes (ou aderir às existentes);
- Possibilitar aos atores na mesa e a outras pessoas interessadas trocar *know-how* sobre como estruturar, ampliar e disseminar essas iniciativas;
- Refletir criticamente sobre a própria formação dos educadores para o tema, especialmente no tocante à seleção de temas, à metodologia de ensino e aprendizagem, aos meios de comunicação e divulgação etc.;
- Propor soluções para desafios encontrados nessas e em outras iniciativas, especialmente aqueles causados pelo tamanho do país, pela diversidade regional (inclusive no uso da tecnologia) e pela diferença de estrutura entre escolas privadas e públicas.

Para isso, visava-se debater temas como:

- A importância da formação em direitos humanos digitais nas escolas;
- Os desafios da formação de educadores para lidar com o tema em sala de aula;
- Os desafios de trazer esses temas para as disciplinas, tendo em vista a Base Nacional Curricular;
- Os desafios de contemplar a formação de pessoas em regiões com características de uso de tecnologia tão distintas;
- As iniciativas que se propõem a superar esses desafios e empoderar docentes para trabalhar esses temas em seus cursos;
- Perspectivas para a formação de crianças e adolescentes nos próximos anos.

Foi possível a percepção dos seguintes resultados:

- Concordância em torno da ideia do protagonismo da escola perante os desafios da educação digital de crianças e adolescentes;
- A divulgação, conhecimento e a constatação de relação entre iniciativas dos diferentes setores quanto à capacitação de educadores, pais e até as próprias crianças e adolescentes no tema dos Direitos Humanos Digitais, em diferentes regiões do país;
- Exposição de diferentes pontos de vista sobre a questão da infraestrutura das escolas para possibilitá-las a educar seus alunos sobre o tema da tecnologia;

- Além disso, houve o esclarecimento de temas de Direitos Humanos Digitais quanto a aplicação desses temas na prática, com o relato de alguns casos de violações a esses direitos e a orientação do que fazer quanto a elas.

### **Justificativa em relação à governança da internet:**

A governança da internet se baseia, dentre os 10 Princípios estabelecidos pelo CGI, na liberdade, privacidade e direitos humanos. Como o próprio descritivo da nossa proposta traz, focamos o nosso debate na ideia de formação em Direitos Humanos Digitais na Educação Básica, discutindo não só a importância deste tema na formação de crianças e jovens, mas, também, como fazê-lo. Além disso, a governança da internet também é regida pelo princípio da universalidade, que dialoga muito com nossa proposta ao entender a internet como universal e instrumento para transformações. A nossa proposta visou debater (e debateu) a formação em Direitos Humanos Digitais como meio para o desenvolvimento social e humano dos educadores e, por consequência, dos alunos e suas famílias.

### **Metodologias e formas de participação desenvolvidas durante o Workshop:**

O workshop se estruturou no formato de mesa redonda sem tempo definido de fala para cada participante, mas com tempo definido para cada questão colocada sob debate, da seguinte forma:

- Apresentação de participantes e do tema (4min para cada, total de 25min);
- Debate em torno de uma questão proposta pela moderadora (15min);
- Debate em torno de uma questão trazida em vídeo, de uma professora do ensino fundamental público de Manaus (15 min);
- Debate em torno de 3 questões de espectadores online (15min);
- Encerramento (falas finais; 10min).

Nos momentos de debate a fala foi livre aos debatedores, sendo que o papel da moderadora foi o de estimular novas falas e de resumir a discussão em cada fase do workshop. Todos os participantes usaram o tempo de forma comedida, deixando os colegas fazerem suas intervenções sem monopolizar o tempo de exposição que tinham.

## **3. Síntese do Debate**

### **Parte 1: apresentação**

O Workshop começou com a introdução da moderadora e a breve apresentação de cada participante, expondo uma iniciativa da entidade que representa, na formação em Direitos Humanos Digitais. Os pontos trazidos nessa “primeira fase” seguem listados:

- Moderadora: introduz a mesa, explica o formato desta e explica brevemente sobre o que são Direitos Humanos Digitais
- Guilherme (CEPI - FGV-Direito/SP):
  - Começa falando do problema: no relatório de pesquisa TIC Educação 2018, sobre o tema do uso da internet de forma segura em sala de aula, metade dos alunos não aprenderam isso dos professores e 61% dos alunos falou que professor não ensinou a fazer algo na internet, seja quando algo incomoda ou quando algo está errado
  - Em análise do norte, os números são piores: 59% dos alunos não aprenderam sobre o uso seguro e 70% não aprenderam sobre o que fazer
  - Esses números, devemos lembrar, estamos falando de uma realidade de 180 mil escolas no Brasil; 48 milhões de alunos e alunas matriculados; 2 milhões de professores e professoras
  - Iniciativa do CEPI: estão elaborando 16 cursos a distância, com 2 pilares fundamentais: direitos humanos na rede (não só problemas, mas direitos) e conteúdo de letramento digital dentro das aulas regulares do ensino fundamental e médio (posição pragmática)
  - Por fim, a ideia é empoderar professores e educadores para trabalharem esses temas em sala de aula
- Tania Tadeu (Secretaria de Educação Municipal de São Paulo):
  - Começa falando que em 2017 foi lançado um currículo do ensino fundamental (disponível no site da secretaria)
  - Este documento é baseado não só em um currículo, mas também em orientações didáticas, direcionadas para o ensino fundamental e de jovens adultos
  - Este currículo apresenta eixos de aprendizagem (TIC, letramento digital e programação) e é feito de maneira compartilhada com os educadores
    - Alguns dos pilares defendidos na construção do currículo é a interdisciplinaridade e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
  - A realidade da Secretaria é de 600 escolas, todas com infraestrutura (1º a 9º ano)

- Além do currículo, a Secretaria apresenta uma matriz de saberes, baseada em repertório cultural, pensamento científico e crítico, resolução de problemas e comunicação; diversidade, empatia, colaboração etc.
- Em suma, todas essas iniciativas possuem objetivos em consonância com os Direitos Humanos Digitais
- Por fim, Tania passou um vídeo de 1 minutos sobre essas iniciativas que comentou brevemente em sua apresentação.
- Paloma Saldanha (placamae.org):
  - Começa se apresentando e apresentando a organização a qual é fundadora: placamae.org; que se baseia na facilitação da educação digital no nordeste
  - Os trabalhos da sua organização se baseiam na divulgação e compartilhamento de conteúdo de qualidade, de forma acessível a todos (educadores, pais, funcionários, comunidade, alunos, crianças etc)
  - Além desse braço, há também a parte de projetos sociais: ações voluntárias em escolas públicas, com jovens de 6 a 18 anos e, também, a capacitação dos educadores, gestores e própria comunidade em que vivem
  - Por fim, defende que a escola, muitas vezes, é o único local em que há o acesso a esse conteúdo, de forma obrigatória; assim, ressalta firmemente o papel fundamental das escolas nessa educação em Direitos Humanos Digitais
- Ale Borba (Google):
  - Começa defendendo que não se pode ter inserções pontuais: assim como a Paloma trouxe, o ensino nas escolas é e deve ser contínuo em todas as áreas, inclusive em Direitos Humanos Digitais
  - Em conversa com Guilherme, reforça os números, agora trazendo o relatório de 2017, sobre os educadores:
    - 35% já tiveram contato com alguém ou sofreram problema de segurança online
    - 98% entendem que segurança online/direitos humanos online são temas muito importantes e deveriam fazer parte do currículo escolar
    - 83% afirmam não ter ferramentas adequadas para lidar com esses temas em sala de aula

- Frente a esses números, traz a iniciativa da Google, do curso “Seja Incrível na Internet”:
- Ele se divide em 5 pilares, “seja: inteligente, atento, forte, gentil e corajoso”
- Assim, os objetivos do curso é a educação em cidadania digital e segurança online
- Além de jogos para crianças e adolescentes, há planos de aulas e orientações para pais; assim sendo, este curso é aberto para todos, gratuitamente, focado em jovens, educadores e pais
- Além disso, a Google já firmou parceria com escolas, para incluir esse plano em sala de aula
- Por fim, ele lembra que o 1º dispositivo de uma criança é recebido por ela quando esta completa 10 anos de idade
- Assim, ressalta-se a importância da educação digital: educar e não punir, já que o uso é inevitável e é impossível proibir o acesso - e nem se deve proibir, trazendo a experiência responsável e não a limitação do uso
- Kelli (NIC.br e CGI.br)
  - Há diversas iniciativas, que nasceram por causa de casos de crianças envolvidas em problemas - ideia era de prevenir e evitar as problemáticas
  - Assim, nasceu o “Internet com Responsa”:
  - Distribuição de materiais: adultos, adolescentes e educadores
  - Foco em educadores: qualquer problema que se tem hoje é demandado para as escolas, virando algo adicional no currículo
    - Lembra, ainda, que há um processo de terceirização de obrigações para as escolas, em que essas passam a ter a necessidade de lidar com problemas que antes não chegavam na escola
  - Defende, assim, que o ideal seria capacitar educadores para que eles disseminem informações. Assim, há também iniciativa do curso de capacitação dos educadores, que ocorre 4 vezes ao ano
  - Por fim, ressalta que a família deve voltar a ser conscientizada do papel que eles têm de educar e estabelecer estrutura moral e ética das crianças e adolescentes
- Jessica Botelho (CPA):

- Seu centro foca em formar ativistas/pessoas que atuam em movimentos sociais para encampar suas lutas digitalmente
- Possui parceira com a SaferNet para o desenvolvimento (em fevereiro) da campanha da internet segura
- Além disso, fazem inserções pontuais, em atividades interativas, principalmente com os adolescentes. Nesse ponto, ressalta que essas atividades devem ser interessantes não só para os adultos, mas para os jovens, o que só é possível se conhecer a realidade deles antes de propor atividades
- O centro se esforça para conseguir articular, com professores na rede municipal e estadual, uma educação continuada: além de ensinar sobre direitos humanos, vêem a necessidade acolher vítimas de violações a direitos na internet
- Por fim, também ressalta que procuram articular com outros agentes multiplicadores, como pessoal de jornalismo

## **Parte 2: pergunta da moderação**

Considerando a realidade das escolas brasileiras, como podemos formar professores nessa cultura digital, para que eles possam trazer isso para a rotina normal de uma escola, para os seus alunos?

- Todos os participantes que responderam a esta pergunta (Tania, Paloma, Kelli, Ale Borba e Guilherme) defenderam e concordaram no fato de que a capacitação de alunos só será alcançada se houver capacitação dos educadores;
- Tania, Paloma, Kelli e Ale Borba trouxeram a exposição de casos de sucesso de capacitação de professores e educadores em geral;
- Kelli e Ale Borba concordam sobre o ponto de aproveitar as disciplinas já ministradas, trabalhando, na sala de aula, capacidades socioemocionais e questões ligadas ao que os jovens se deparam na internet;
- Guilherme defende que professores devem se capacitar para direcionar/instruir condutas mais básicas, que sirvam para qualquer plataforma ou rede social em que os alunos estejam;
- Por fim, a moderadora, ao resumir o debate, ressalta que a competência 5 da BNCC é com o objetivo de desenvolver a cultura digital, mostrando que já é uma obrigação das escolas e, então, dos educadores de trabalharem o tema em sala de aula.

- Pontos a melhorar: houve pouco diálogo na exposição de informações - os participantes acabaram dando prevalência na exposição de casos de sucesso ao invés de explorar pontos críticos ou de discordância/concordância entre suas falas.
- Para um relatório detalhado da fala de cada participante, veja o **ANEXO 1**.

### **Parte 3: pergunta de uma professora convidada, por vídeo**

Milena de Araújo, professora de história na rede estadual de Manaus: “Eu e meus alunos sempre comentamos como o sistema em que vivemos reproduz desigualdades sociais. Como fazer a defesa dos direitos humanos em um sistema em os direitos não são iguais para todos?” Em complementação, Stephane traz o contexto digital para os painelistas responderem à pergunta.

- Paloma, Guilherme e Tania tiveram em comum uma exposição e defesa da importância do protagonismo do aluno na solução de problemas e conflitos. Trabalhar empatia e entender-se como agente de mudança na sociedade foram duas ideias muito faladas nas respostas dos painelistas em questão;
- Os outros painelistas fizeram pontuações isoladas, mas muito pertinentes ao debate proposto na pergunta:
  - Jéssica ressaltou a importância de haver um diagnóstico de problemas (por meio de uma investigação com professores, afins de entender o contexto da comunidade em que a escola está) e de trazer elementos da vida de cada aluno para trabalhar os problemas, para aproximar a realidade deles ao que é proposto como trabalho escolar;
  - Kelli reforçou a defesa do ponto de vista de que a internet deve ser vista e mostrada aos alunos como uma oportunidade de esperança à vida dos jovens que não possuem oportunidades de vida offline;
  - Ale Borba fala da metodologia de trabalho: mostra como é importante incentivar a exposição dos vieses inconscientes de preconceitos e discriminação de forma a serem trabalhados e trazidos à tona em sala de aula; resalta que a internet pode ser um meio para essa exposição ou descoberta/sensibilização.
- Para um relatório detalhado da fala de cada participante, veja o **ANEXO 2**.

### **Parte 4: Perguntas da platéia online**



Lucas Medina, para Paloma: “Em casos mais sérios, como o vazamento de fotos íntimas do aluno no ambiente escolar, o que fazer? como reportar?”

- Como a pergunta foi direcionada a Paloma, ela responde com os seguintes pontos:
  - Começa com um relato de um caso de compartilhamento de conteúdo sexual sem consentimento de uma adolescente
  - Cita os passos para se seguir, por exemplo, para lidar com esse tipo de caso:
    1. Dar completo apoio à vítima;
    2. Promover projetos de conscientização na escola;
    3. Oficializar provas;
    4. Denunciar na delegacia de crimes cibernéticos, instaurando processo;
    5. Desindexação do conteúdo.
- Kelli acrescenta à fala de Paloma que é necessário criar a consciência de que os adolescentes podem ser responsabilizados monetariamente e até pela infração cometida

Laura Pereira, para a mesa: “Em geral, as escolas públicas brasileiras possuem muitos problemas de infraestrutura, são poucas que possuem uma sala com conexão à internet, computadores e lousa digital. Como trabalhar temas digitais nessa realidade?”

- Como a pergunta não foi direcionada a nenhum painelista em específico, Jéssica, Guilherme e Kelli responderam, de forma a complementar a fala do outro:
  - Jéssica foca na questão do offline: a estratégia seria não depender de computador ou dispositivos em geral para falar sobre tecnologia, montando atividades em papel ou fala, sem precisar da internet.
  - Guilherme foca na questão do online, mas para os jovens sem acesso na sala de aula: já que as crianças e adolescentes estão acessando a internet em algum lugar, pode-se trabalhar offline em sala de aula e online onde acessam a internet (por meio de tarefas de casa, por exemplo); outra estratégia seria ir até o ambiente, se for uma praça pública, por exemplo.
  - Kelli, por fim, traz, novamente, os dados da pesquisa TIC Educação e mostra como, em 5 anos, o acesso à internet pelos adolescentes decolou e como ele se centraliza nos celulares. Assim sendo, as ações, para ela, devem visar esse uso (atendendo à realidade do jovem, assim como Jéssica falou na resposta à pergunta anterior).

Guilherme Alves, para a mesa: “De que forma vocês trabalham a discussão sobre privacidade na perspectiva de direitos humanos junto às crianças? Na minha perspectiva tenho muitas

dificuldades, já que as plataformas da moda como Tik Tok e Youtube funcionam a base da exposição. A cultura youtuber tem gerado um deslumbramento muito grande nesse público e é difícil quebrar a retórica de seguidores e fama como métrica de sucesso.”

- Como a pergunta não foi direcionada a nenhum painalista em específico, Ale Borba e Kelli responderam:
  - Ale Borba ressalta o fato de que um dos melhores incentivadores dessa exposição tratada na pergunta é feita pelos pais ou, ao menos, incentivada por eles. Deve-se, assim, conscientizá-los sobre o que expor, quando expor, por que expor etc.
  - Kelli também fala em conscientização, mas no ponto de vista das consequências a curto, médio e longo prazo para todos os envolvidos. Ela relembra o fato de que a LGPD afirma que todas as pessoas jurídicas devem estar conformes a essa lei e, também, que todos nós temos direitos sobre os nossos dados.

## **Parte 5: Encerramento**

A moderadora pediu para que cada um falasse em poucos minutos um recado final para o encerramento do Workshop.

- Ale Borba:
  - Recado que ele quis deixar foi que o debate que está longe de ser encerrado e não podemos deixar o tema esfriar, já que o tema faz parte do nosso cotidiano.
- Guilherme: divide em 3 pontos centrais a sua fala final
  - Formação: educadores devem buscar a formação por gap geracional ou por estar em realidades diferentes dos alunos
  - Diferentes relações com a internet: cada um tem relação com a internet de forma diferente
  - Como ensinar direitos humanos nas escolas: de cima para baixo (direção/coordenação) o de baixo para cima (projetos dos professores)?
- Kelli
  - Reforça as iniciativas que o NIC.br tem sobre ensino de direitos humanos digitais:
    - Indicações do NIC.br → multiplicador das iniciativas → conteúdo online e impresso, por solicitação
    - Cursos de capacitação

- Cursos a ser lançado pelo CEPI (FGV-Direito/SP) em parceria com o NIC.br de formação de educadores, gratuito e online
- Paloma convida a todos a seguirem as redes sociais do placamae.org
- Jessica convida a todos a seguirem as redes sociais do Centro Popular do Audiovisual
- Tania:
  - Ressalta o papel da escola no trabalho desses temas;
  - Reforça que possuem um material gratuito online, disponível a todos.

## **ANEXO 1**

**Pergunta:** Considerando a realidade das escolas brasileiras, como podemos formar professores nessa cultura digital, para que eles possam trazer isso para a rotina normal de uma escola, para os seus alunos?

### **Reação da Mesa:**

a. Tania:

- i. Expõe que na Secretaria há 13 diretorias regionais, todas com equipes que trabalham com tecnologias para aprendizagem
- ii. Mensalmente, professores e educadores de informática educativa são convocados dentro do horário de trabalho para fazer formação
- iii. A metodologia de capacitação usada é composta, sempre, de teórica e prática
- iv. Por fim, a Secretaria vê a tecnologia como ferramenta

b. Paloma:

- i. Começa a sua fala com a exposição de uma pesquisa com escolas feita pela Secretaria dos Direitos Humanos de Jaboatão: 45% delas têm demanda sobre intolerância racial, religiosa, de gênero, LGBT e social
- ii. Assim, defende que só atuar com alunos não é suficiente, devendo haver um trabalho com professores
- iii. Um exemplo de projeto que obteve sucesso:
  1. Fizeram uma oficina na escola, com processo de continuidade, em que além do conteúdo passado, havia metodologias ativas (protagonismo do aprendiz); esta metodologia é entendida como caminho para se passar o conteúdo, já que permite uma interdisciplinaridade (entre matérias e tecnologia, juntos) e houve um bom feedback dos alunos

c. Kelli

- i. Começa lembrando que é senso comum entre as escolas que seria necessário um projeto ou disciplina específica para o ensino da tecnologia
- ii. No entanto, ressalta que devemos lembrar que a BNCC já dispõe sobre aspectos que estão relacionados à educação digital

- iii. Assim, reforça os cursos de capacitação (do NIC.br em parceria com a SaferNet)
  - iv. E, também, reforça a ideia de aproveitar as disciplinas já ministradas, trabalhando capacidades socioemocionais e questões ligadas ao que os jovens se deparam na internet. Assim, os jovens conseguem o que é o uso consciente da internet e quais são as consequências do mal uso, tanto para a vítima quanto para o autor da conduta.
- d. Ale Borba
- i. Começa narrando um caso de sucesso: há um piloto do Seja Incrível na Internet com a Educando, em que se incluiu o currículo do curso da Google junto com matérias regulares das escolas
  - ii. Ressalta que até os professores se animam com as aulas, já que é uma metodologia engajadora até para o aplicador e facilitador das atividades
  - iii. Frisa que uma estratégia para tratar do tema da internet em sala de aula é a substituição de contextos: como transformar disseminação de informação falsa em matemática? por meio do enunciado de uma questão de vestibular!
  - iv. Por fim, lembra que grande parte dos professores não é digital, enquanto os estudantes são 100%. Assim, apesar dos professores sabem menos que os alunos, em termos de manuseio, os professores têm que entender que o papel deles é educar sobre o uso consciente da internet, que é o que os jovens não sabem. Assim, é necessário superar o medo que eles possam ter de não saber explicar como funciona, de ser exposto como um “não sabedor das tecnologias”.
- e. Guilherme:
- i. Apenas ressalta que os professores devem se capacitar para direcionar/instruir condutas mais básicas, que sirvam para qualquer plataforma ou rede social em que os alunos estejam
- f. Stephane (moderadora)
- i. Relembra que a competência 5 da BNCC é com o objetivo de desenvolver a cultura digital

## ANEXO 2

**Pergunta:** Milena de Araújo, professora de história na rede estadual de Manaus: “Eu e meus alunos sempre comentamos como o sistema em que vivemos reproduz desigualdades sociais. Como fazer a defesa dos direitos humanos em um sistema em os direitos não são iguais para todos?”

Em complementação, Stephane traz o contexto digital para os painelistas responderem à pergunta.

### **Reação da Mesa:**

- g. Paloma:
  - i. Traz o exemplo de uma professora que fez um trabalho nas comunidades de baixa renda e verificou as músicas que os jovens escutavam em seus grupos sociais. Todas as músicas escolhidas pelos jovens continham letras que denotavam violência de gênero dentre outras violações a direitos humanos e, com a percepção dos alunos sobre este fato, ela trabalhou o tema de direitos humanos em sala de aula. Este exemplo, para ela, pode servir de base para atividades para trabalhar notícias de violações, trazendo a empatia pelas vítimas.
  - ii. Paloma ainda levanta a questão de que as crianças aprendem melhor quando se deparam com atividades de metodologia participativa, em que necessitam pensar e refletir sobre situações e problemas em geral.
- h. Gui:
  - i. Ressalta que essa pergunta permeia sempre todo e qualquer curso sobre direitos humanos em geral.
  - ii. Aspecto interessante é colocar o aluno como protagonista da resolução do problema, para ele se enxergar como agente de mudança em sua sociedade, principalmente num sistema injusto como a professora citou na pergunta.
  - iii. Essa percepção, para ele, é gratificante e incentivador para a própria criança e para a comunidade em que vive.
- i. Tania:
  - i. Mostra como a Secretaria utiliza muito dessa metodologia, de forma interdisciplinar, e fazendo o aluno protagonista de projetos e soluções.

- j. Jessica:
  - i. Expõe a metodologia utilizada: diagnóstico de problemas, ou seja, a investigação com professores, para entender o contexto da comunidade em que a escola está;
  - ii. Ainda, traz a importância de se usar elementos da vivência de cada aluno para trabalhar os problemas;
  - iii. Por fim, ressalta que capacitar os professores no acolhimento e desmistificação dos direitos humanos é fundamental.
- k. Kelli:
  - i. Defende que deve-se ensinar a ver a internet como oportunidade para levar esperança à vida das crianças. Isso é, o horizonte para quem vive de forma precária que se expande com ela, possibilitando mobilização social, desenvolvimento de projetos de vida etc.
- l. Ale Borba:
  - i. Defende a importância do incentivo à exposição de vieses inconscientes de preconceitos e discriminação, de forma a serem trabalhados e trazidos à tona em sala de aula. Isso não só em sala de aula offline, mas se pode usar a internet para essa exposição.